



SENTIDOS DA MEMÓRIA DAS MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM CONTEXTOS DE DISCRIMINAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Náila Neves de Jesus¹
Rita Maria Radl-Philipp²

INTRODUÇÃO

O debate sobre sexo e gênero e novas identidades de gênero surgiram a partir das lutas libertárias da década de 1960 e do movimento feminista que buscava a igualdade de direitos entre homens e mulheres (GROSSI, 1998). A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970 quando há a maior inserção de mulheres nas universidades é que começa a se observar maior mobilização para desenvolver um conhecimento sobre as mulheres, identidades de gênero e gênero através de grandes autoras como Simone de Beauvoir, Luce Irigaray e posteriormente sobre sexualidade, e identidades de gênero, Nancy Fraser, Radl Philipp, Judith Butler (RADL-PHILIPP, 1996, RADL-PHILIPP, 1993, RADL-PHILIPP, 2011; RADL-PHILIPP, 2008; RADL-PHILIPP, 2010).

Na sociedade em que vivemos impera uma memória coletiva construída em torno do conceito binário da sexualidade e gênero, no qual o construto homem/mulher, masculino/feminino) é o único aceito como o ideal e o correto (SILVA; BEZERRA, QUEIROZ, 2015). Essa memória dos grupos que reforça a vulnerabilidade e marginalização é construída através reconhecimento e reconstituição do que o grupo social viveu e os marcos de referência dessas memórias como a família, a religião e o espaço (HALBWACHS, 2004). Além dessa memória coletiva, desde a ótica da transgeneridade podemos observar uma memória individual dessas mulheres trans de um contexto de vida de violência, abandono, estigma e marginalização que se tornam as cicatrizes em seu passado que continuamente, a cada evento discriminatório, se atualizam no presente, como memórias vivas (BERGSON, 1993) Esse conceito heteronormativo associado ao binarismo de gênero, direciona a relação das categorias de gênero (psicossocial) e biológico (biológico), igualando as duas categorias (JESUS, 2012).

O presente trabalho visa fazer um esforço teórico acerca dos sentidos da memória das mulheres trans e travestis tendo como aparato a Teoria da Memória focada na duração e no tempo de Henri Bergson. Esperamos ao longo do texto envolver a teoria de Bergson a respeito da memória como objeto de pesquisa e a Memória Coletiva, em Maurice Halbwachs, para explicar os fenômenos envolvidos com o objeto de estudo citado, ao passo que cada um dos teóricos explica nuances diferentes do mesmo objeto.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo é fruto da pesquisa bibliográfica em andamento para a produção da fundamentação teórica do trabalho de dissertação da referida pesquisadora. A metodologia utilizada é de revisão bibliográfica de livros, teses, dissertações e artigos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

² Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora Titular Catedrática Plena da Universidade de Santiago de Compostela (USC).



científicos acerca da temática. Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica ainda está em andamento e os resultados apresentados a seguir serão parciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. IDENTIDADE DE GÊNERO: A TRANSGENERIDADE E TRAVESTILIDADE

De acordo com Judith Butler em seu livro *Problemas de Gênero* (2019), o gênero é uma construção social e cultural sendo independente do sexo. A heterossexualidade e heteronormatividade compulsória, como assinala Butler (2019), reforçam os discursos homofóbicos e sexistas, ao passo que estruturam o alinhamento sexo-gênero-desejo em um estereótipo binário de gênero.

A experiência de viver em um gênero discordante do que a convenção social dita como padrão (convenção determinada pelo sexo biológico do indivíduo), é uma questão de identidade de gênero. Essa situação se aplica às pessoas transexuais e travestis. De acordo com Ferreira Jr; Francisco; Nogueira (2016), travestis são definidas como pessoas que se compreendem como homens, mas que adotam identidade feminina e gostam de se relacionar afetiva e sexualmente com outros homens e buscam inserir em seus corpos simbologias femininas, transitando entre os dois gêneros.

Além dessa definição, Judith Butler traz em seu livro “*Cuerpos que importan*” (2002) que “ [...] *el travestismo es un sitio de cierta ambivalencia[...]el travestimo es un continuo en un continuo con otras formas ambiguas de vestirse[...].*” Ainda sobre a terminologia Travesti, Longaray e Ribeiro (2016) trazem que a travesti vive o masculino e o feminino ao mesmo tempo, e essa possibilidade de transitar entre os dois gêneros, escapam das convenções os que produzem a heteronormatividade. Já as pessoas transexuais são pessoas que não se reconhecem em seu sexo biológico e se expressam permanentemente e buscam se adequar o seu corpo ao gênero no qual se identificam (FERREIRA JR; FRANCISCO; NOGUEIRA 2016).

É sabido que a população trans, dentre a sopa de letrinhas do gênero (sopa de letrinhas = LGBTQI+), é a que mais sofre discriminação e as que mais são afetadas com violências de todos os tipos, sendo o Brasil o país que mais mata pessoas transgêneros em todo o mundo. Segundo dados da ONG Transgender Europe, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de assassinatos de pessoas transexuais, dentre os 72 países pesquisados, sendo que no ano de 2018, foram registrados 167 assassinatos de 1º de outubro de 2017 a setembro de 2018.

Dentre a população LGBT, as pessoas transexuais e travestis são as que sofrem mais dificuldades no acesso e permanência nos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde³, que podem ser desde a serviços especializados, (como o processo transexualizador)⁴ até serviços de saúde mais simples, como por exemplo serviços ambulatoriais, em vista da transfobia que sofrem em conjunto com a discriminação por outros fatores sociais como, pobreza, etnia, cor e aparência física (ROCON et al., 2016).

³A partir da Constituição Federal de 1988, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS) regulamentado com a Lei nº 8.080/90 que garante a população brasileira saúde como direito do cidadão brasileiro e dever do Estado. Dentro da organização do SUS, é definido como alguns dos seus princípios e diretrizes: universalidade integralidade, equidade, participação da comunidade, descentralização político-administrativa, regionalização da rede e serviços de saúde (GOMES; MERHY, 2011)

⁴ O processo transexualizador é definido “*como um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação de caracteres sexuais pelos quais passam indivíduos transexuais em determinado momento de suas vidas*” (LIONÇO, 2009).

Em frente aos fatos expostos, as dificuldades de acesso das mulheres trans e travestis a serviços básicos de saúde (não necessariamente ligados a saúde sexual), podem ser determinados pela memória em coexistência entre o tempo passado e o tempo presente (um passado que se atualiza no presente toda vez que essa memória é trazida à tona pelo indivíduo), trazendo a relação com a duração, com a representação da vida interior (BERGSON, 1999, p.4).

2. SENTIDOS DA MEMÓRIA DAS MULHERES TRANS E TRAVESTIS AO ACESSO A SAÚDE NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA MEMÓRIA DE HENRI BERGSON

Ao estudarmos a Teoria de Bergson, acerca da memória, percebemos que seu objeto de estudo é o tempo; o tempo enquanto duração que permite a coexistência em um mesmo local do presente e do passado e relaciona o tempo com a memória e o corpo.

A dificuldade de acesso a serviços de saúde e o contexto de vulnerabilidade social das mulheres trans e travestis tem suas raízes sedimentadas em uma memória pessoal, que também é coletiva, “um quadro social”, como diria Halbwachs, de referência presente nas relações familiares e sociais, onde a identidade de gênero que predomina como norma é uma identidade binária, biológica e heteronormativa, além de extremamente preconceituosa. Essas referências de identidade de gênero são resultantes de uma construção interna do indivíduo a partir do que ele observa e essas pessoas, em convivência em um grupo, recebem influências das crenças, valores e comportamentos predominantes nesse círculo social do qual ele está inserido.

Nesse estudo, ação do tempo tem o sentido da memória em coexistência presente em condição virtual. Assim, podemos entender que a construção das identidades de gênero e as mazelas sofridas pelas mulheres trans e travestis ao procurarem serviços públicos de saúde podem ser fruto de uma coerção social, através de um direcionamento educativo propagado pela linguagem, pelos discursos, que são apreendidos pelas pessoas desde sua tenra infância. “Homem tem pênis e mulher tem vagina” e, assim, as pessoas que fogem a esse discurso machista, misógino, transfóbico, no qual o gênero heteronormativo, é universalizado e reforçado na sociedade, não podem ou não tem o direito a sobrevivência. Essa frase é uma demonstração comum de que em nossa sociedade predomina uma ideia de que o gênero está relacionado a uma determinação biológica.

A sociedade desde a antiguidade definia o gênero pelo sexo biológico, segundo Simone de Beauvoir em sua obra “O Segundo Sexo” (1970): “A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade.” Através desses discursos, evocamos um entendimento cultural que outras identidades de gênero não inseridas nos marcadores binários feminino/masculino, não possam existir e se existem devem se tornar invisíveis, inexistentes.

Os discursos propagados na sociedade e presente na memória coletiva dos grupos sociais, que se atualizam nas experiências passadas e do presente, se internalizam em cada um dos indivíduos, incluindo essas mulheres trans e travestis que, ao serem colocadas ou a elas impostas uma marginalização e invisibilidade, na ‘cegueira branca’ (nos apropriando do conceito de José de Saramago), em que são vistas, mas não enxergadas devido a transgressão de sua identidade e de seus corpos, resultando na abstenção dos seus direitos de cidadania mínimos.

Nesse contexto, a dificuldade ou o receio de acessar serviços de saúde que por muitas vezes não suprem as demandas, ou que não estão preparados para acolher essas pessoas, em vista do conservadorismo e transfobia por parte dos profissionais de saúde,

atrelados às experiências de violência, discriminação vividas durante toda a sua vida, estão marcadas em forma de cicatrizes na memória dessas mulheres trans e travestis.

E como explicar esse fenômeno através do tempo? Bergson postula em sua filosofia do tempo que esse, enquanto duração, sob a ótica do tempo real, está nos acontecimentos, sejam eles objetivos ou subjetivos, constituindo-se de sucessão, continuidade, memória e criação. O tempo como duração é constituído de sucessão. A duração é o prolongamento do presente e do passado e esse passado conserva o presente que passa, pois, para Bergson, o passado é. As vivências do indivíduo, o seu mundo interior, é sua memória e ocorrem uma após a outra, e o tempo (formado do passado, presente e futuro), sendo contínuo, não permite separações. Segundo Bergson (2006): “A duração interior é a vida contínua de uma memória que prolonga o passado no presente [...] mais ainda, porque testemunha a carga sempre mais pesada que arrastamos atrás de nós à medida que envelhecemos.”

Nessa perspectiva, pode-se inferir que a discriminação e transfobia vivenciadas pelas mulheres trans e travestis traz a marca de acontecimentos do tempo que permitiu a construção de uma identidade de gênero apreendida nas relações simbólicas com os familiares e os grupos sociais, orientando a condição dessas pessoas de marginalizadas e invisíveis na sociedade simplesmente por que não se “encaixam” nos padrões heteronormativos.

Essa compreensão de que são mulheres, que são indivíduos que devem ser escondidas da sociedade considerada “padrão”, heteronormativa, branca, misógina e preconceituosa e que as experiências vividas de violência que estão marcadas em seus corpos são encaradas, de acordo com Bergson, como uma virtualidade do tempo que se atualiza, identificando e capacitando o sentido da memória de subvalorização e marginalização em torno dessas mulheres trans e travestis.

Bergson, ao pensar na memória enquanto duração e a duração enquanto tempo, propõe um método para a filosofia: o método da intuição. Esse método, validado por Gilles Deleuze traz que a intuição como método em Bergson não é um “sentimento nem uma inspiração, uma simpatia confusa, mas um método elaborado, e mesmo um dos mais elaborados métodos da filosofia” (DELEUZE, 1999, p. 7). O método da intuição baseia em três regras próprias: Regra 01 – a prova do verdadeiro e do falso problema; Regra 2 – Determinar por meio da articulação com o real as diferenças de natureza; Regra 3: Os problemas devem ser abordados e solucionados em razão do tempo em duração, sendo um ato simples e se apoiando em conhecimentos científicos, indo além deles (DELEUZE, 1999).

Nesse método, o tempo constitui-se da duração, na qual o tempo é apreendido por intermédio da percepção, que desenvolve uma intuição. Essa intuição é um método para verificar o tempo e se aproxima da duração. A intuição é um ato do espírito que apreende a si mesma sob a forma de subjetividade e se constitui pela formação de ideias, pensamentos e emoções, estando entre a inteligência e a sensibilidade. O tempo é criação, ou seja, intuição criadora, experiência (BERGSON, 2006).

Para Bergson, a concepção a respeito da matéria e da memória traz a necessidade da compreensão da subjetividade e da memória enquanto lembrança, contração do presente vivo. Já a matéria se refere ao conjunto de imagens em movimento e essas imagens recebidas são constituídas pelo afeto que mobiliza para o devir.

A imagem e memória podem ser reconhecimento através do hábito, algo automático e por reconhecimento atento que se dá por lembranças, evocação do passado. O que evocamos, normalmente, provém de uma consciência seletiva e interessada. As lembranças puras do indivíduo conservam-se no tempo, se encontram e não são imagens e sim eventos inconscientes que se conservam no passado e neste se atualizam, tornando-se

virtual. Quando o passado não se atualiza, as lembranças ficam conservadas no tempo pretérito, e esta não alcança o presente (BERGSON, 2006).

Para Bergson, tempo é aquilo que se conserva, retendo um passado e que se constitui de uma memória resgatada através da evocação. O presente é seletivo, algo que indivíduo rememora apenas se tiver interesse, e a memória se desenvolve à medida que avança para o futuro. Ao pensar nessa questão de como entender o tempo dentro da concepção bergsoniana, tendo em mente uma lembrança pura virtual, em que o passado coexiste com o presente e trazendo para a realidade das mulheres trans e travestis nas suas vivências sociais que são marcadas e cheias de significados que são buscados do passado em sua memória e atualizados no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto, estarmos a falar de uma discriminação em função do gênero, da sua pertencência do gênero feminino que é subalterno nas relações intergênero. Suas imagens pertence ao gênero feminino. O que se espera dessas mulheres é a sua marginalização, a invisibilidade mediante o contexto social ao passo que foi apreendido durante a vida que sua existência no mundo é transgressora. Se espera dessas mulheres que elas não existam e se existem que não se apresentem; que não tenham direitos; que não tenham voz, como produto de uma memória que é subjetiva em uma relação de coexistência com que já aconteceu e o que acontece no presente dessas vidas e corpos em questão.

Palavras-chave: transgeneridade; travestilidade; SUS; discriminação; memória.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo I: fatos e mitos**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BÉRGSON, H. **Matéria e Memória**. [1897] Trad. Paulo Neves. 2.ed. São Paulo (SP): Martins Fontes; 1999.

BÉRGSON, H. **O pensamento e o movente**. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **Deshacer del género**. Barcelona: Paidós. 2004.

_____. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. 1ed. Barcelona: Paidós, 2002

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FERREIRA JR., S; FRANCISCO, P.M.S.B; NOGUEIRA, P.A. **Perfil de travestis e transgêneros: tuberculose e HIV/AIDS na cidade de São Paulo**. Rev Panam Salud Publica, v.40, n.6, 410-417p., 2016.

GROSSI, MP. **Identidade de gênero e sexualidade**. Antropol Primeira Mão (Florianópolis).1998;(24).Disponível em: <http://www.observem.com/upload/69a8d4dc71b04390c3096c61cbc97aed.pdf>. Acesso em: 05/08/2019.



HALBWACHS, M. **Los Marcos Sociales de La Memória.** (traducción de Mamuel A Baeza Y Michel Mujica), Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

JESUS, JG. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião.** Brasília; 2012.

LONGARAY, D.A; RBEIRO, P.R.C. **Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade.** Estudos Feministas, v.24, n.3, 761-784p., 2016.

RADL-PHILIPP, R.M. Feminismo y conocimiento de las mujeres y del género: recordando su historia particular. In: LOMBARDI, José Claudinei; BITTENCOURT, Ana Palmira; MAGALHÃES, Livia Rocha (Orgs.). **História, Memória e Educação.** Campinas-SP:Alínea, 2011.

RADL-PHILIPP, R.M. Questões epistemológicas sobre gênero: o debate atual. **Revista de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas a Linguagem.** Ponta Grossa: UEPG, n. 16, p. 9-20, jun. 2008.

RADL PHILIPP, R.M. La nueva definición del rol femenino. In: RADL PHILIPP, R y Mª CARME GARCIA NEGRO: **A Muller e a súa imaxe.** Universidad de Santiago, Santiago de Compostela. Pp. 29-52, 1993.

RADL PHILIPP, R.M. Los Procesos de la Constitución Social de las identidades de Género en el contexto de la socialización humana: Bases para un modelo teórico-interaccionista. In: RADL PHILIPP, RITA (ed.) **Mujeres e Institución universitaria en Occidente.** Servicio de Publicacións Universidade de Santiago, Santiago de Compostela. 1996.

ROCON, P. C. ET AL . **Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, Aug. 2016.

SILVA, R. G. L. B; BEZERRA, W. C; QUEIROZ, S. B. **Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. 26(3), p. 364-372,2015.

TRANSGENDER EUROPE. **Tvt – TMM Update.** Disponível em:https://transrespect.org/wpcontent/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_SimpleTable_EN.pdf Acesso em: 01/08/2019.

